



Perfil Socioeconômico do Município de Planalto/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

C837 Oliveira, Gabriel Nunes de et al.

Perfil Socioeconômico do Município de Planalto/RS: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Gabriel Nunes de Oliveira, Nilson Luiz Costa, Enio Giotto, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Saionara da Silva, Júlia Laize Bandeira Calgaro. - Palmeira das Missões/RS, 2019.

37 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Oliveira, Gabriel Nunes de. II.Costa, Nilson Luiz. III.Giotto,Enio. IV.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. V.Silva,Saionara da. VI.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.

CDU 338.1



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Sérgio Luiz Triches
Gustavo Pereira Fortes
Valéria Maria Zanatta Senger
Jocler Moresco
Walmor Liberalesso
Leocácio Gallo Paloschi
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

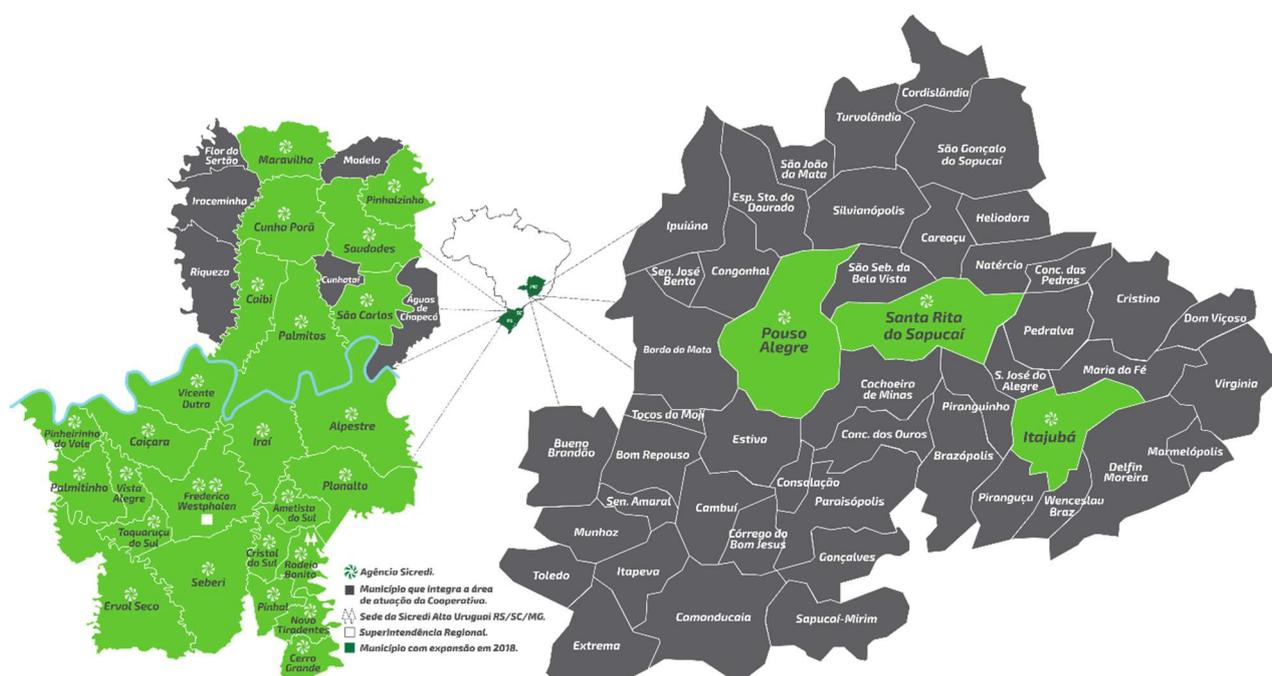
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PLANALTO	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Planalto	8
2.2.1. Análise da Evolução do Produto Interno Bruto e da Estrutura Empresarial	9
2.2.2. Análise da Evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	24
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	24
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	25
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas	27
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	28
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	30
3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticas partidárias. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Planalto/RS** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das pessoas e entidades desta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PLANALTO

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Planalto/RS (2019), o município está situado na mesorregião Noroeste Rio-grandense, distante 422 Km da capital do estado, Porto Alegre. Possui limites com os municípios de Ametista do Sul e Iraí, Alpestre, Nonoai e Rodeio Bonito, ao Oeste, Norte, Leste e Sul, respectivamente.

Segundo a Lei nº 4.692 de 26 de dezembro de 1963, o município de Planalto foi criado, desmembrando-se de Iraí, instalando-se em 11 de abril de 1964, com 230 Km quadrados.

O município possui clima subtropical e está a uma altitude média de 215 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 27°33'01" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°05'82" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização do município iniciou-se no ano de 1911 quando dois irmãos da família Tavares de Miranda fixaram residência naquela localidade. Os primeiros colonizadores eram de origem portuguesa, seguidos dos de origem polonesa. Os italianos foram os últimos a habitar essas terras RS, praticamente todos chegaram após a demarcação das terras, onde hoje se encontra o município de Planalto – RS.

No ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 10.084 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 10.524 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	2.816	54%	3.116	59%	5.932	56%
Rural	2.393	46%	2.199	41%	4.592	44%
Total	5.209	100%	5.315	100%	10.524	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, cerca de 56% da população de Planalto vive na zona urbana, fato que implica na predominância de atividades não rurais no município, como comércio, serviços e indústria.

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 22% tem até 14 anos, 23% de 15 a 29 anos, 40% de 30 a 59 anos e 15% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	1.144	21,97	1.117	21,01	2.261	22
15-29 anos	1.215	23,33	1.218	22,92	2.433	23
30-59 anos	2.100	40,33	2.109	39,68	4.209	40
60 ou mais	748	14,37	871	16,39	1.619	15
Totais	5.207	100	5.315	100	10.522	100

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Planalto

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

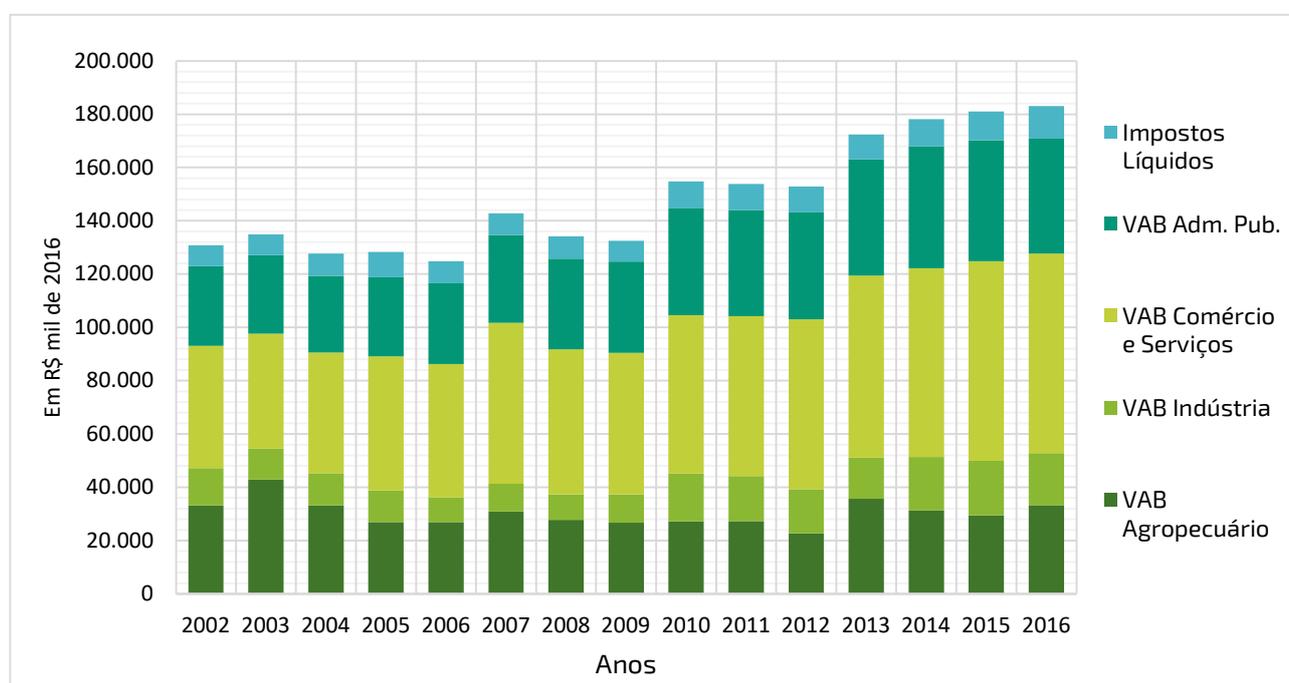
² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

2.2.1. Análise da Evolução do Produto Interno Bruto e da Estrutura Empresarial

Entre 2002 e 2016, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 134,9 milhões para R\$ 183,06 milhões. Neste último anos, entre os principais setores de atividade econômica, destacam-se o de comércio e serviços (VAB equivalente a R\$ 74,9 milhões), administração pública (VAB equivalente a R\$ 43,1 milhões), agropecuária (VAB equivalente a R\$ 33,34 milhões) e indústria (VAB equivalente a R\$ 19,5 milhões), conforme é possível observar na Figura 2.

Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016

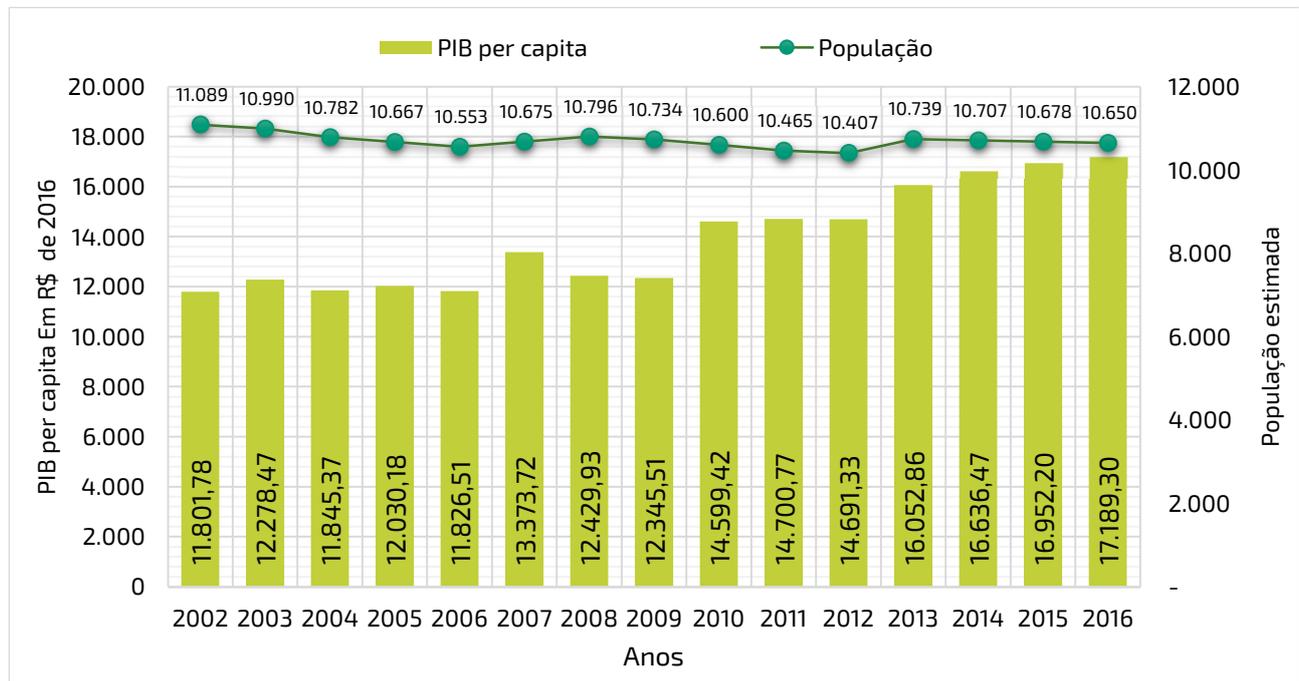


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Do início do período analisado (2002) até 2016, o PIB per capita real evoluiu de R\$ 11.801,78 para R\$ 17.189,30. Neste contexto, observa-se que entre os anos de 2002 e 2011 a renda média no município permaneceu estável, mas a partir de então passou a apresentar uma tendência de crescimento, conforme é possível observar na Figura 3.

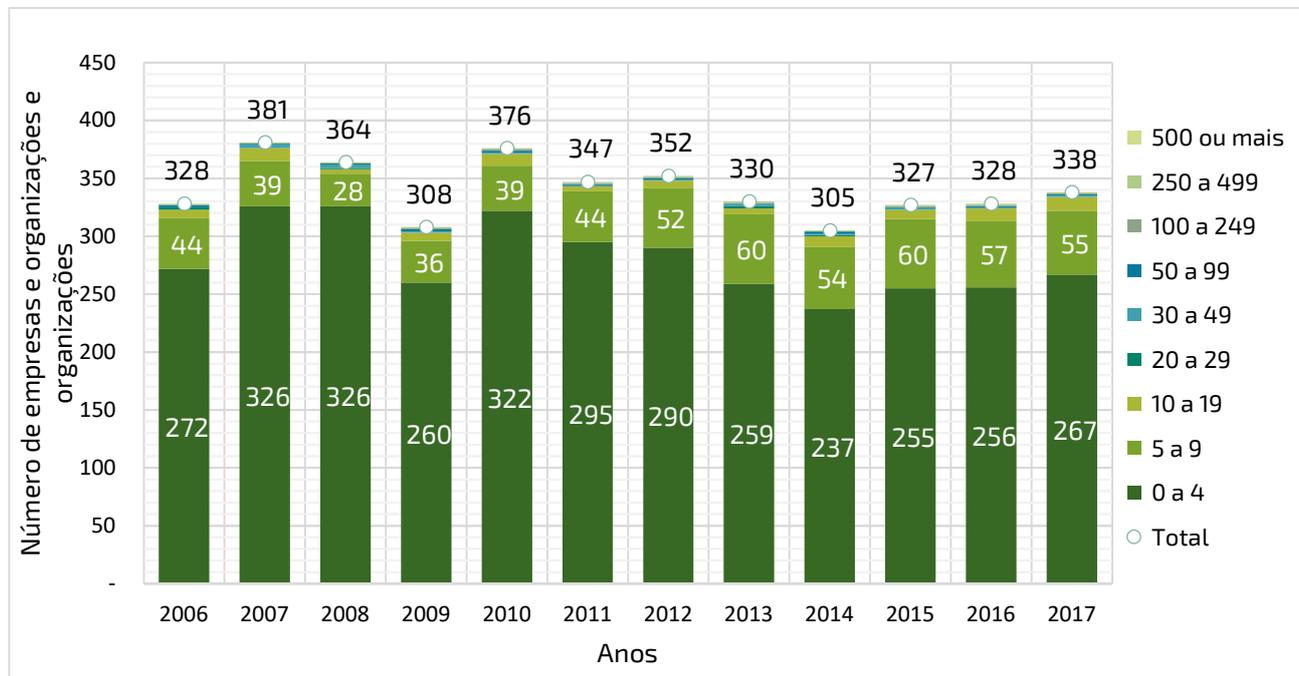
Por outro lado, destaca-se que apesar de estar em crescimento, a renda média municipal, dada pelo PIB Real *per capita* ainda se situa em patamares muito inferiores ao verificado na região, que é de R\$ 26,98 mil, e no estado do Rio Grande do Sul (R\$ 36,21 mil).

Figura 3. Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

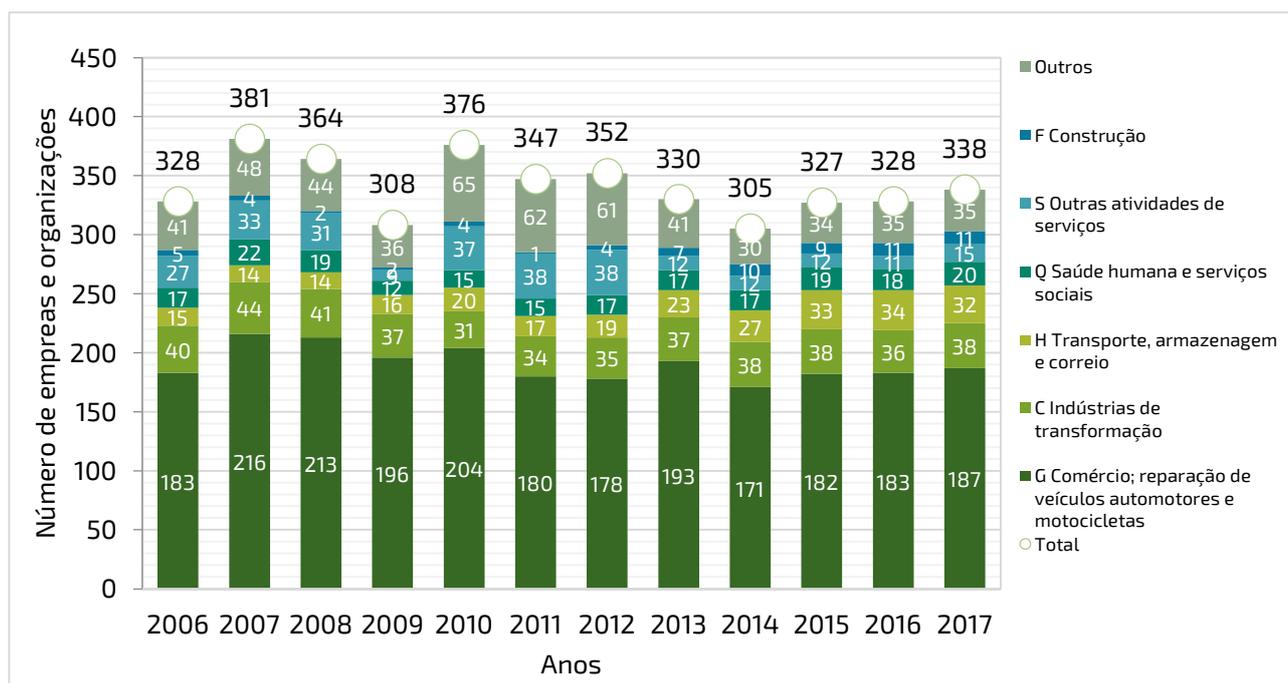
Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam 78,99% das empresas e organizações do município no ano de 2017.

Em 2017, 71 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 55 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados, conforme é possível observar na Figura 4.

O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações (187, equivalente a 55,33% do total no ano de 2017), entre 2014 e 2017 é possível observar um crescimento consecutivo neste setor.

Apresenta-se na Figura 5 a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Por outro lado, observou-se crescimento no número de empresas e organizações no segmento de transporte e armazenagem (32, equivalente a 9,47% do total em 2017), assim como de Saúde humana e Serviços sociais (representando 5,92% em 2017).

O grupo "C", que representa indústrias de transformação, apesar de apresentar queda em 2017 se comparado ao ano de 2006, responde por representando 11,24% do total de empresas e organizações em 2017.

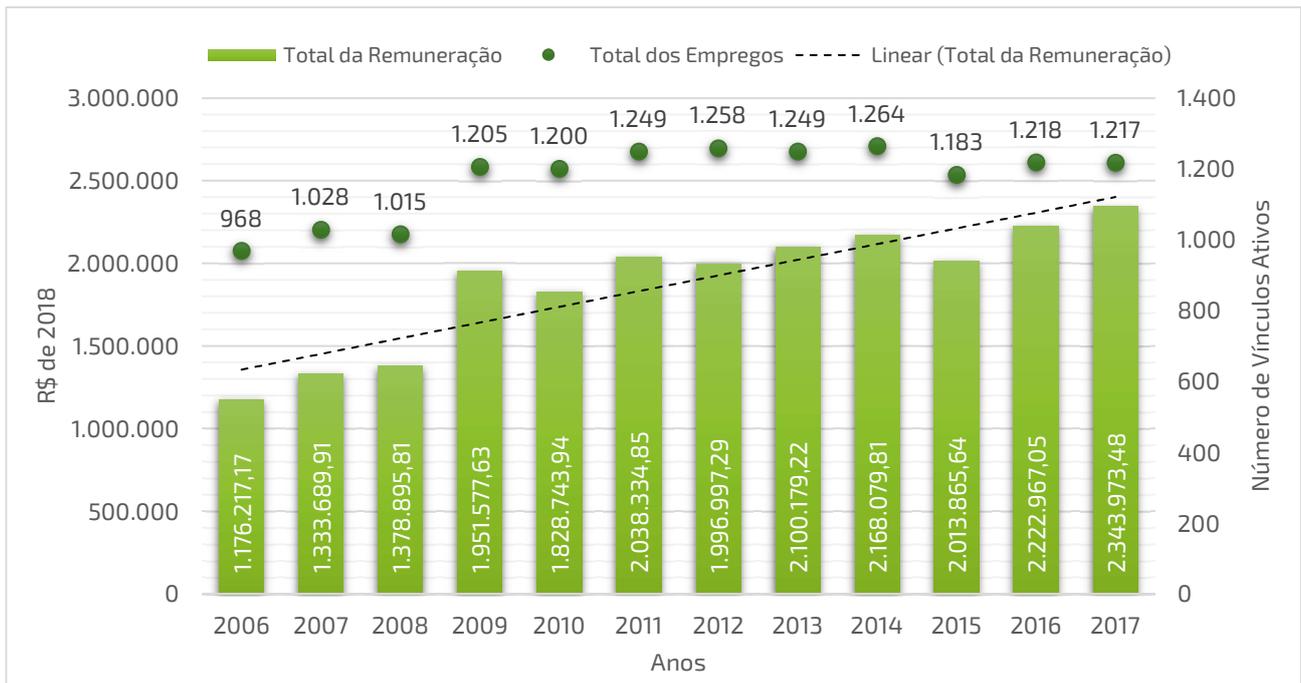
Destaca-se também o transporte, armazenagem e correio que, apesar de sofrer uma queda na participação em 2017, foi responsável por 9,47% do total de empresas e organizações no município.

Portanto, observa-se que principalmente comércio e oficinas mecânicas, indústria de transformação e o setor de transportes foram os principais responsáveis pelo crescimento econômico do município 2017, no que tange ao meio empresarial.

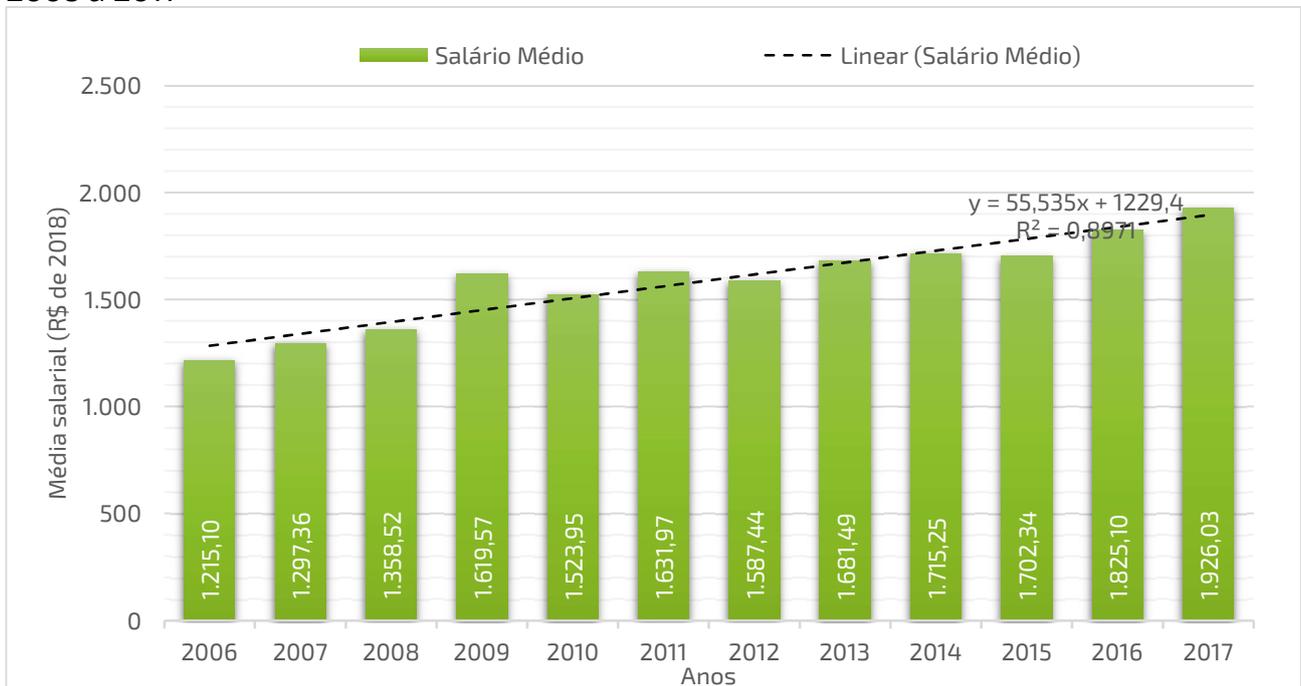
2.2.2. Análise da Evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem aumentado o número de empregos (apesar de algumas oscilações) e da massa salarial, partindo de 968 postos de trabalho com um total de remuneração mensal de R\$ 1.176.217,17 mês em 2006 para 1.217 postos de trabalho em 2017, com remuneração mensal de R\$ 2.343.973,48 mês em 2017, com um aumento expressivo de 2008 para 2009, retomando as oscilações nos anos posteriores.

Figura 6. Número de empregos formais e remuneração (em R\$ de 2018): 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

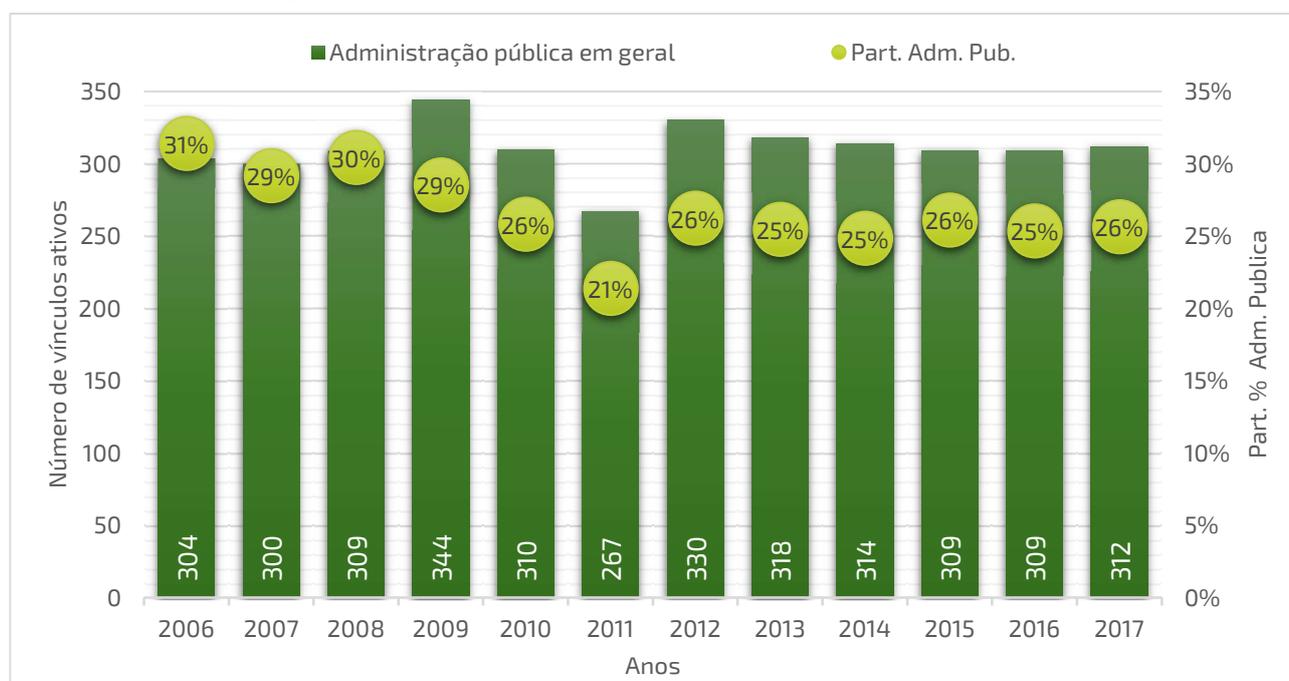
Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Apresenta-se, na Figura 7, o salário médio no município, onde se observa um crescimento de R\$ 1.215,10 em 2006 para R\$ 1.926,03 em 2017. Isso representou um aumento real nos salários médios praticados no município.

A partir da Figura 8 é possível identificar que a participação do setor público no mercado formal de trabalho de Planalto reduziu de 31% para 26% entre 2006 e 2017. No entanto, a participação relativa do setor público caiu devido ao decréscimo no número de postos de trabalho do setor privado, que passou de 664 para 905 no período analisado. Em termos absoluto, observa-se que o número de empregos do setor público aumento de 304 para 312.

Figura 8. Número de empregos da administração pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

A partir da Figura 9 é possível observar a participação relativa dos principais segmentos de atividade econômica no mercado formal de trabalho do município.

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Destaca-se que cerca de 26% dos postos de trabalho estão vinculados à Administração Pública em Geral, 10% estão vinculados a empresas e organizações privadas ligadas à fabricação de laticínios, seguido pelas atividades voltadas ao comércio varejista e atacadista de produtos alimentícios (4% dos empregos formais cada).

Entre 2006 e 2017 foram gerados 249 novos postos de trabalho. O setor de laticínios foi o que mais cresceu, com 106 novos empregos, mas também foram verificadas 52 novas vagas no comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, 31 no transporte rodoviário de carga, 19 no comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação, 17 no comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, e 13 no comércio varejista de mercadorias em geral.

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades, onde 89,25% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal

(até 20 hectares) e concentram 70,51% da área. 9,12% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 21,13% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que 99,6% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam 97,2% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: 2019

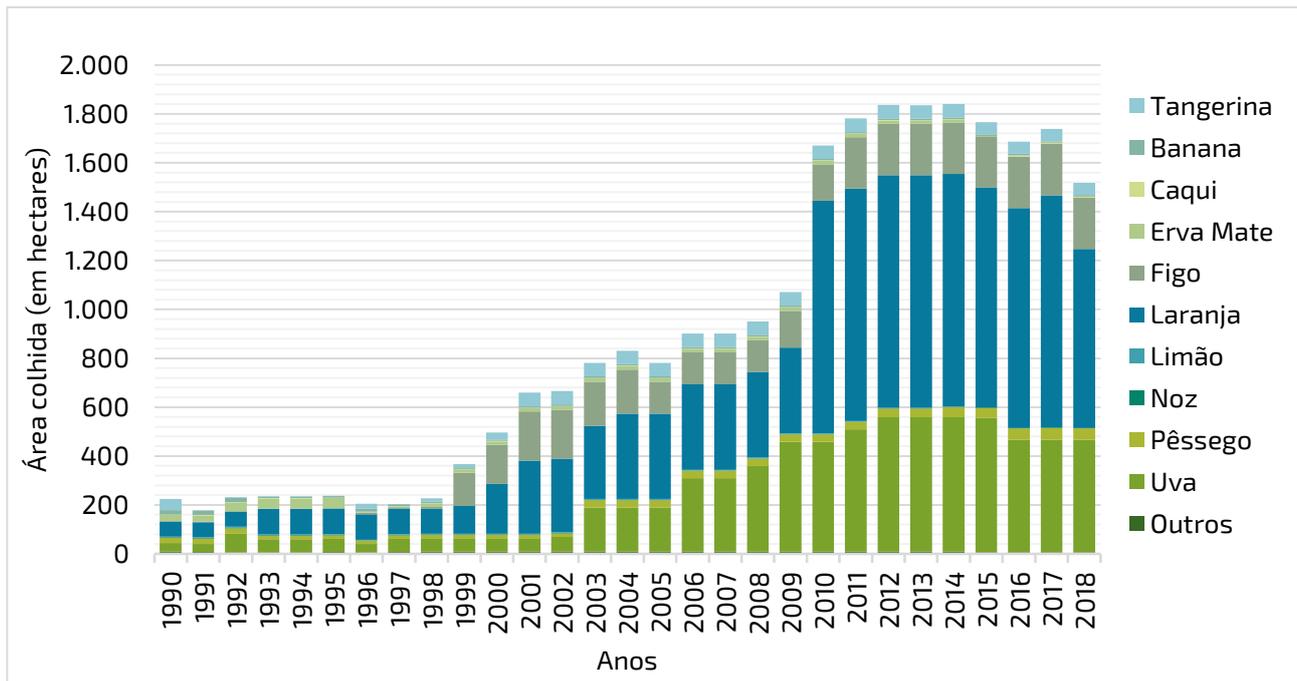
Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	1.096	9.567,56	89,25	70,51
1-2	112	2.867,19	9,12	21,13
2-3	15	766,68	1,22	5,65
3-4	4	281,73	0,33	2,08
4-5	1	85,05	0,08	0,63
5-6	0	0	-	-
6-7	0	0	-	-
7-8	0	0	-	-
8-9	0	0	-	-
9-10	0	0	-	-
10-11	0	0	-	-
	1.228	13.568,21	100	100

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

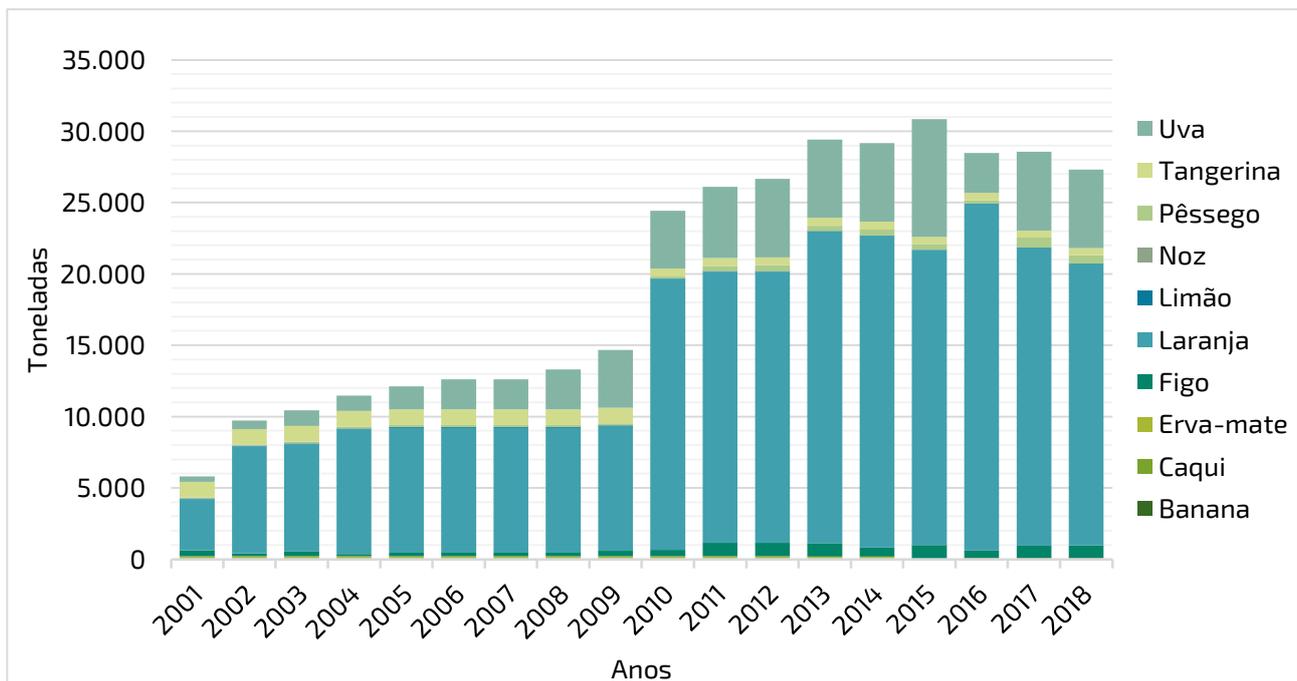
Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 1284 hectares para culturas perenes e 4600 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente tem se intensificado no município, pois, conforme se pode observar na Figura 10, existe um crescimento a partir do ano de 1998.

Em 2018, as lavouras de laranja, uva e figo ocupam as maiores áreas, respectivamente com 732 hectares, 459 hectares e 210 hectares. Considerando o total de área colhida de culturas de lavoura permanente, tem-se que o ano de 2018 fechou com 1.518 hectares, abaixo do valor de 2010, momento do pico, que foi de 1671 hectares.

Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1990 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

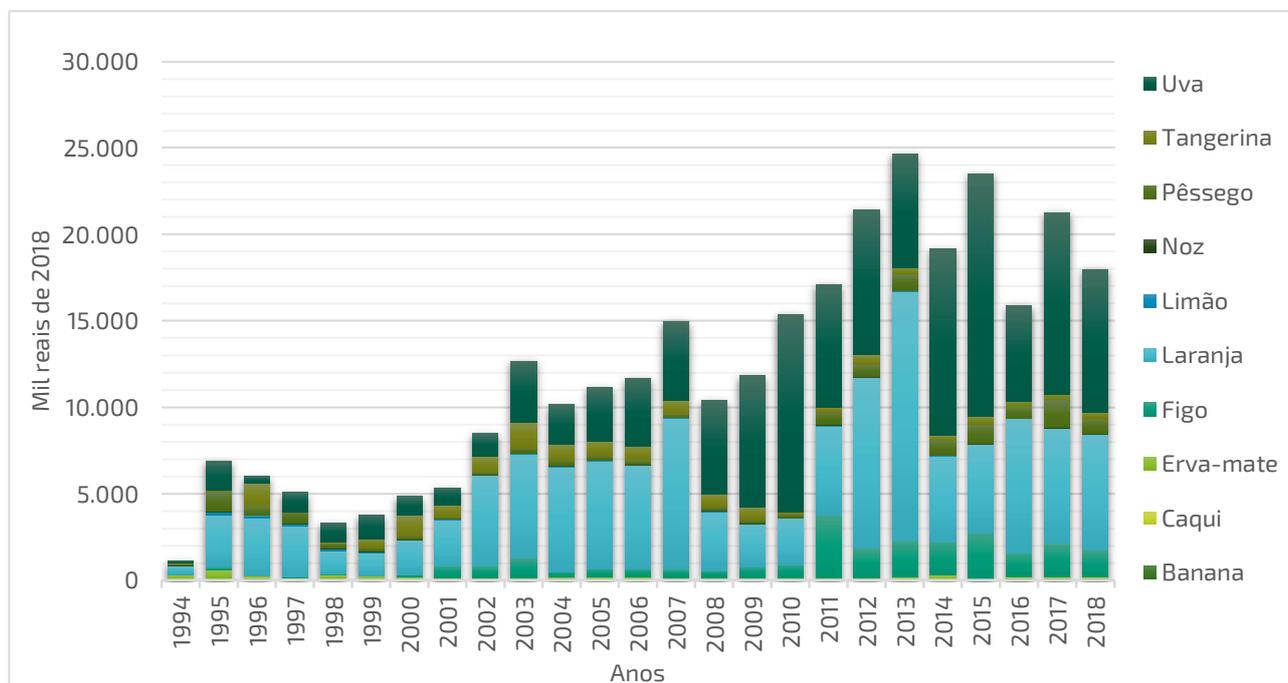
Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 2001 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A partir da Figura 11 pode-se identificar que 2015 foi o ano de maior produção da lavoura permanente e que no ano de 2018 os volumes produzidos situaram-se em 19,76 mil

toneladas de laranja, 5,5 mil toneladas de uva, 866 toneladas de figo, 564 toneladas de pêssigo e 500 toneladas de tangerina.

Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Observa-se na Figura 12 o comportamento do valor da Produção da Lavoura Permanente deflacionado pelo IGP-DI base de 2018. A cultura da uva é a que apresenta maior valor comercializado, com um valor para o ano de 2018 de R\$ 8,27 milhões. A segunda cultura em valor de comercializado foi a da laranja (R\$ 6,73 milhões).

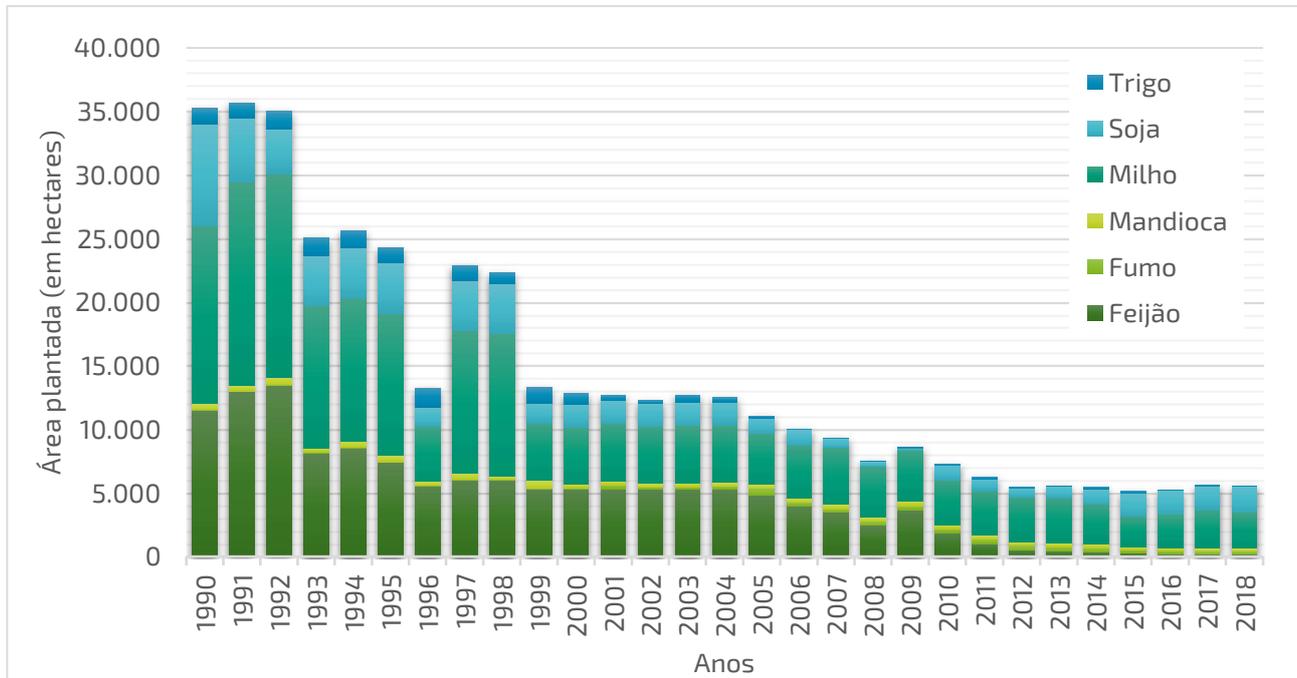
Em relação à lavoura temporária, é possível verificar por meio da Figura 13, que as culturas de milho e de soja se constituem como as principais por apresentarem as maiores áreas plantadas, mas situam-se em patamares consideravelmente inferiores aos verificados nos primeiros anos da década de 1990.

É perceptível a tendência de redução das áreas plantadas, a exemplo da soja que em 1990 contava com 8.000 hectares, caindo para 2.100 hectares em 2018 o que representou um decréscimo de área plantada de 73,75%.

A área plantada de milho também é outro exemplo que se pode verificar no município, que em 1990 contava-se com 14.000 hectares de plantio desta Commodities e veio reduzido

ao longo dos anos, atingindo um patamar de somente 2.800 hectares em 2018, o que reflete um decréscimo de 80%.

Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 - 2018

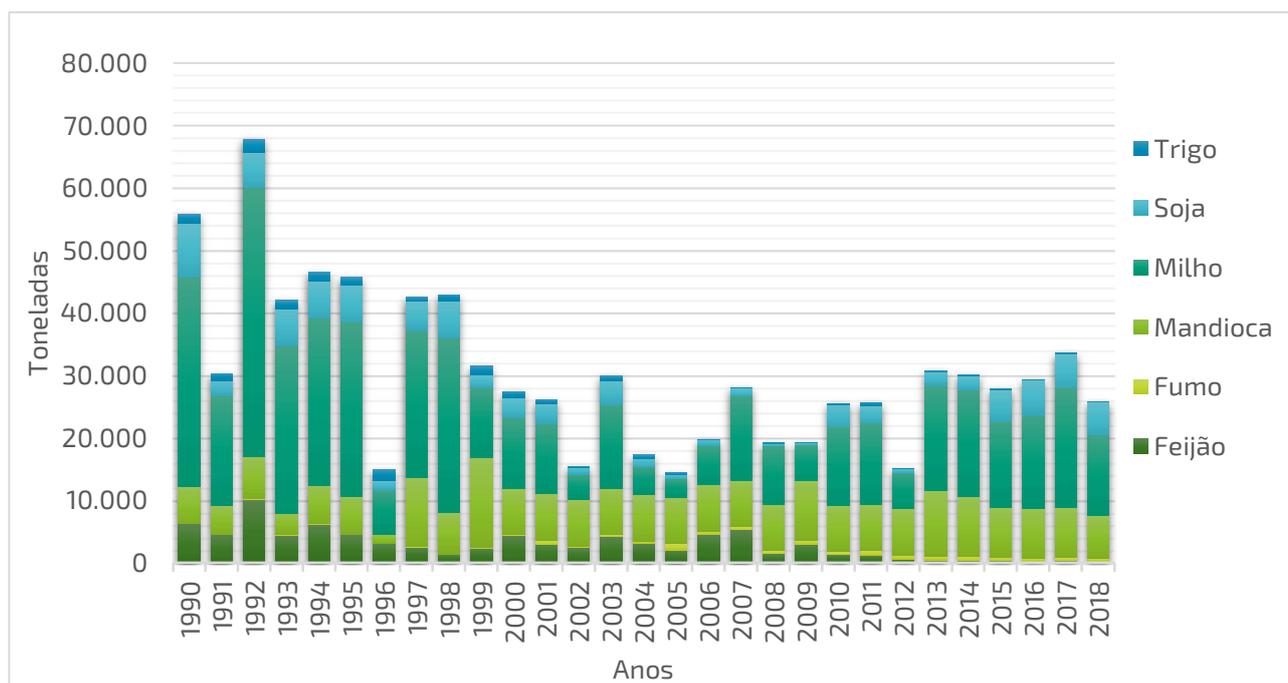


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

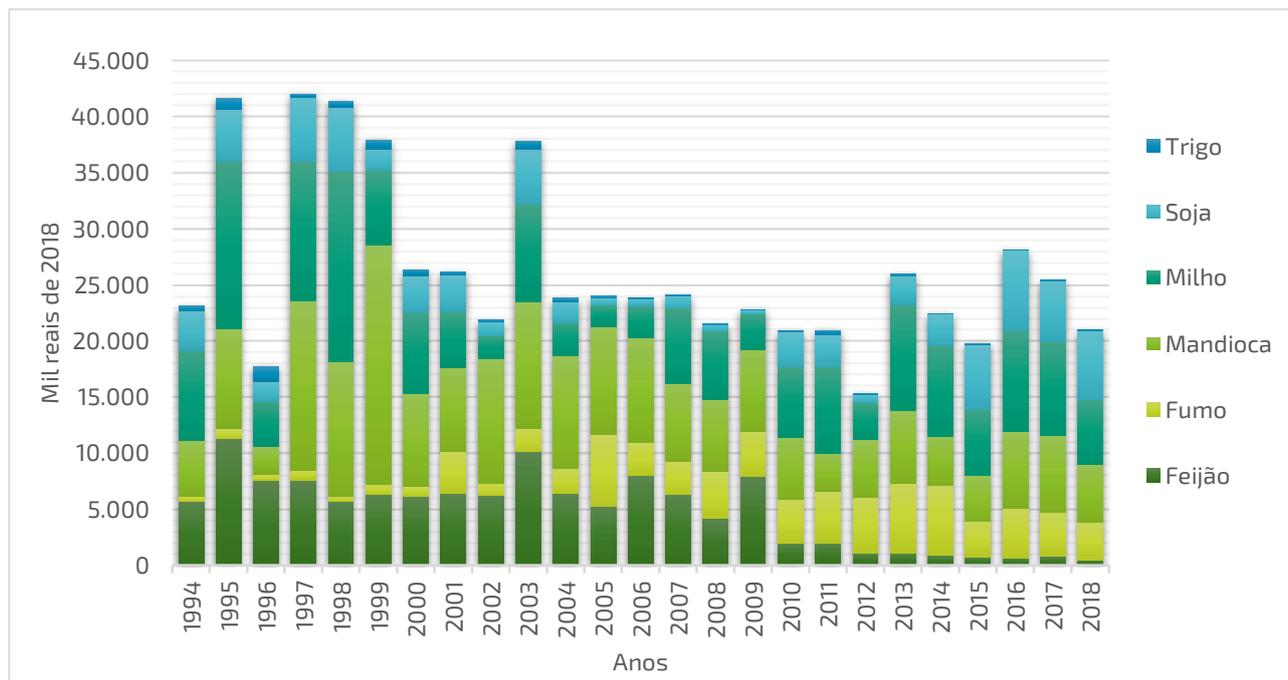
A área plantada de feijão foi reduzida em 98,43% nos últimos 18 anos. O município conta também com pequenas áreas de plantio de fumo, trigo e mandioca, as quais não tem grande representatividade se comparada com demais culturas.

Apresenta-se na Figura 14 a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção de milho, (33,6 mil no ano de 1990 para 12,83 mil toneladas no ano de 2018) e de soja (8,64 em 1990 para 5,25 mil toneladas em 2018).

Assim como o milho e soja, o feijão e o trigo, apresentaram queda quando se compara os extremos analisados. Somente as culturas do fumo e da mandioca aumentaram a quantidade produzida. Em se tratando da produtividade, constata-se que todas as culturas tiveram suas produtividades aumentadas de 1990 a 2018, sendo que feijão, fumo e soja aumentaram de 0,5 t/ha para 1,4 t/ha; de 1,5 para 1,8 t/ha; 1,1 para 2,5 t/ha; respectivamente. Enquanto o milho aumentou de 2,4 para 4,6 t/ha. A mandioca teve um aumento significativo, passando de 12 para 30 t/ha.

Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990- 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

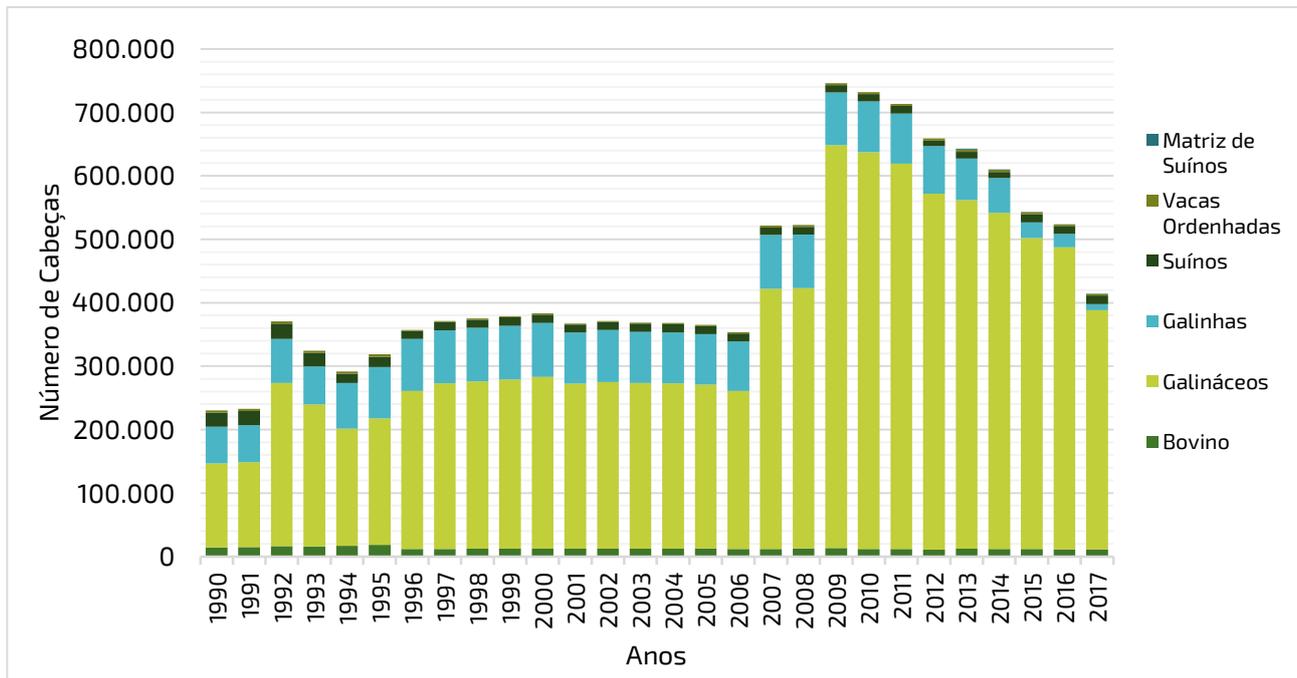
Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos reais⁴, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor global da produção da lavoura temporária já alcançou cerca de R\$ 42 milhões em 1997, o maior valor de 1994 a 2018. Ao analisar a diferença no valor da produção de 1996 para 1997, percebe-se que a produção de mandioca foi a principal responsável pelo crescimento deste índice, pois passou de 2,4 para cerca de R\$ 15 milhões. Em relação ao Valor Total da Produção da Lavoura Temporária, a mandioca representava cerca de 14% no ano de 1996 e passou a representar 36% no ano de 1997.

Cabe observar que em todo o período compreendido entre 1994 e 2018 houve oscilações no valor da produção. O ano de 2018 fechou com um valor total da produção da lavoura temporária de R\$ 20,9 milhões, nesse patamar a cultura da soja é a responsável por 29,42%, seguida do milho, mandioca e fumo, que representam 27,58%, 24,71% e 15,97% respectivamente. Feijão e trigo são as culturas que menos impactaram no valor total, representando apenas 2,21% e 0,11% desse valor.

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 - 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

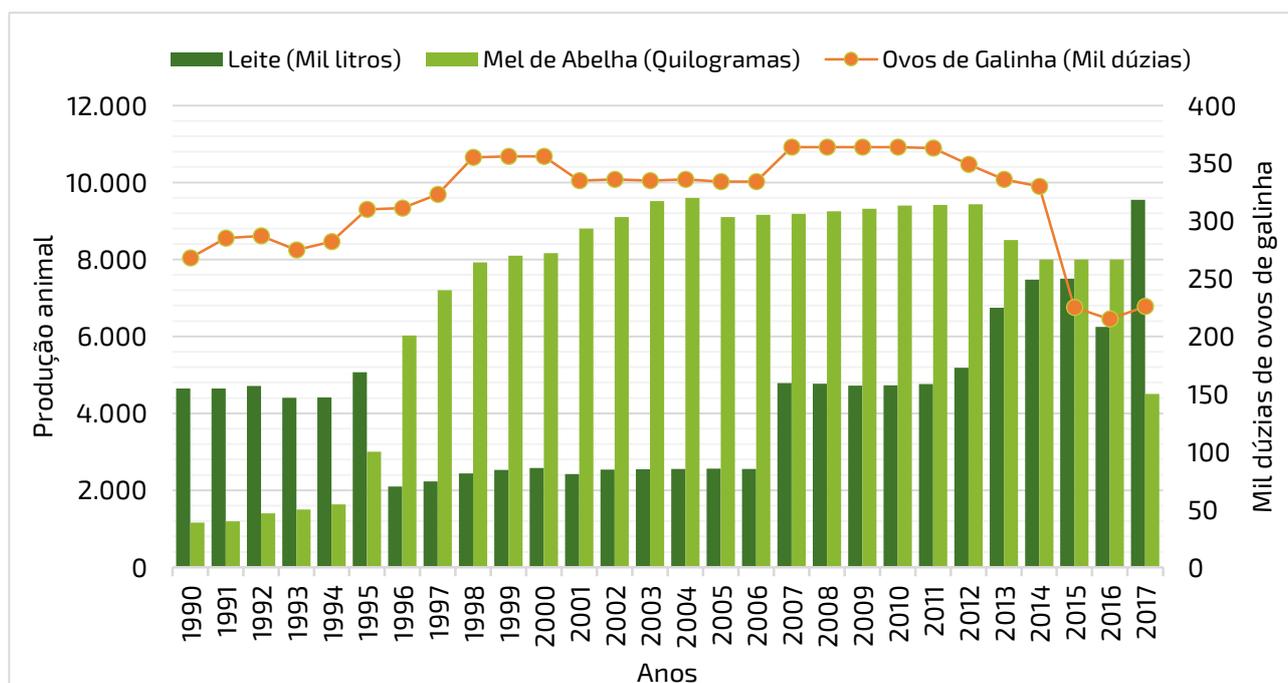
⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, contudo, observa-se na Figura 16 uma tendência de redução nos rebanhos principalmente quando se observa o período de 2009 a 2017.

O melhor momento da produção pecuária foi, sem dúvida, o ano de 2009 quando alcançou o número de 746.055 cabeças, em que a categoria "galináceos"⁵ representou 85,15% desse quantitativo.

É importante ressaltar que, os galináceos acompanham a tendência de queda apresentada pelo total dos rebanhos, contudo é possível observar o crescimento desse rebanho de 2008 a 2017 em relação ao montante anual, essa participação passou de 78,43% para 90,98%.

Figura 17. Produção animal: 1990 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Tendo por base a Figura 17 é possível observar que em 1990 a produção leiteira comercial no município passou por um momento de baixa no período de 1996 a 2006, mas iniciou sua recuperação nos anos seguintes, alcançando 9.550 milhões de litros de leite em 2017,

⁵ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie *Gallus gallus* (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

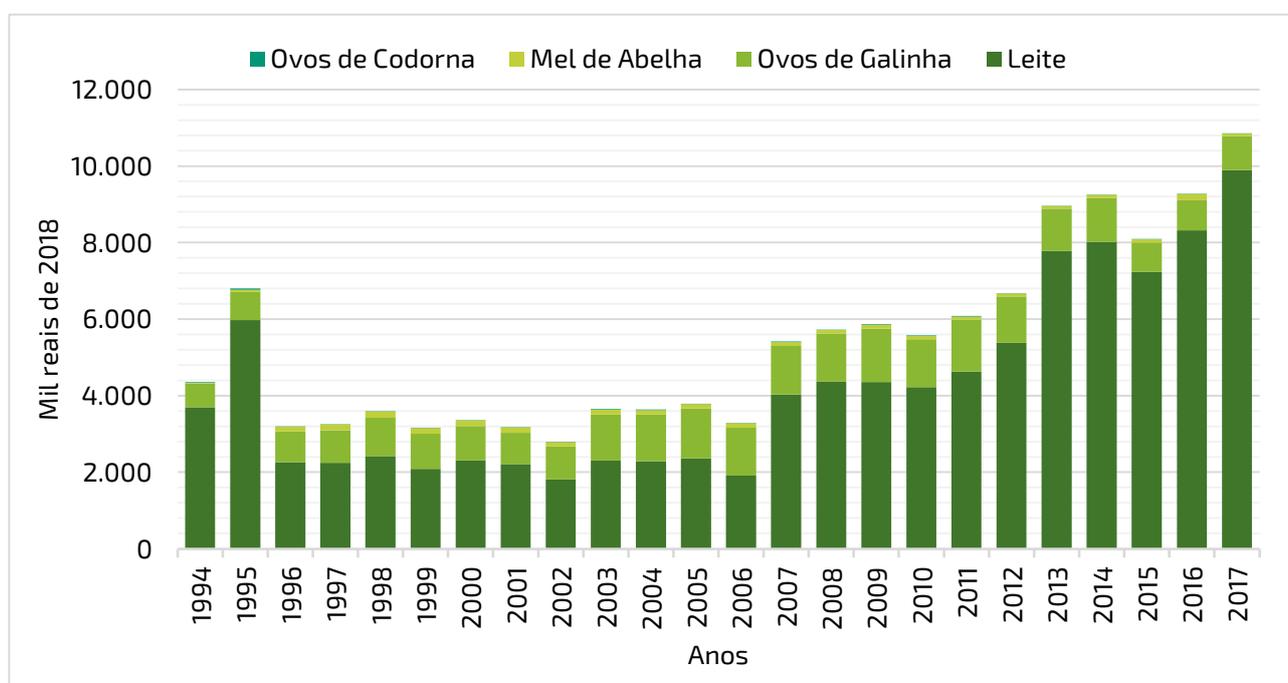
com uma produtividade de 11,58 litros/vaca/dia ordenhada, levemente acima da média do estado em 2017 que é de 11,00 litros/vaca/dia.

A produção de mel no município, em 1990, encontrava-se no patamar mais baixo do período estudado, alcançando um volume de 1,2 mil quilos. Essa produção tem se elevado durante o período, principalmente entre os anos de 1990 e 2004, contudo nos anos de 2014, 2015 e 2016 manteve-se com uma produção de 8 mil quilos e fechou o ano de 2017 em queda produzindo apenas 4,5 mil quilos.

Quanto à produção de ovos, nota-se oscilações em todo o período, e queda significativa entre os anos de 2014 e 2015, passando de 325 mil dúzias para 225 mil dúzias, sendo que no ano de 2017 foram produzidos 225 mil ovos.

Neste sentido, o rebanho leiteiro é a atividade de maior impacto no valor da produção animal, onde, apesar de alguns períodos de baixa, apresenta crescimento, saindo de um valor da produção em 1990 de R\$ 3,7 milhões para chegar em 2017 no patamar de R\$ 9,9 milhões, conforme é possível verificar na Figura 18.

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Por sua vez, o valor da produção de ovos que, no início da produção teve o seu patamar mais alto, atingindo um valor aproximado de R\$ 620 mil em 1998, enfrentou oscilações ao longo do período, com alguns períodos de leve recuperação, mas fechou em 2017 com R\$ 881 mil.

Apesar da tendência produtiva de baixa para muitos produtos agropecuários, o valor da produção evoluiu de R\$ 3,3 milhões para R\$ 10,8 milhões entre 2006 e 2017, o que atesta a importância do setor agropecuário para o município.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

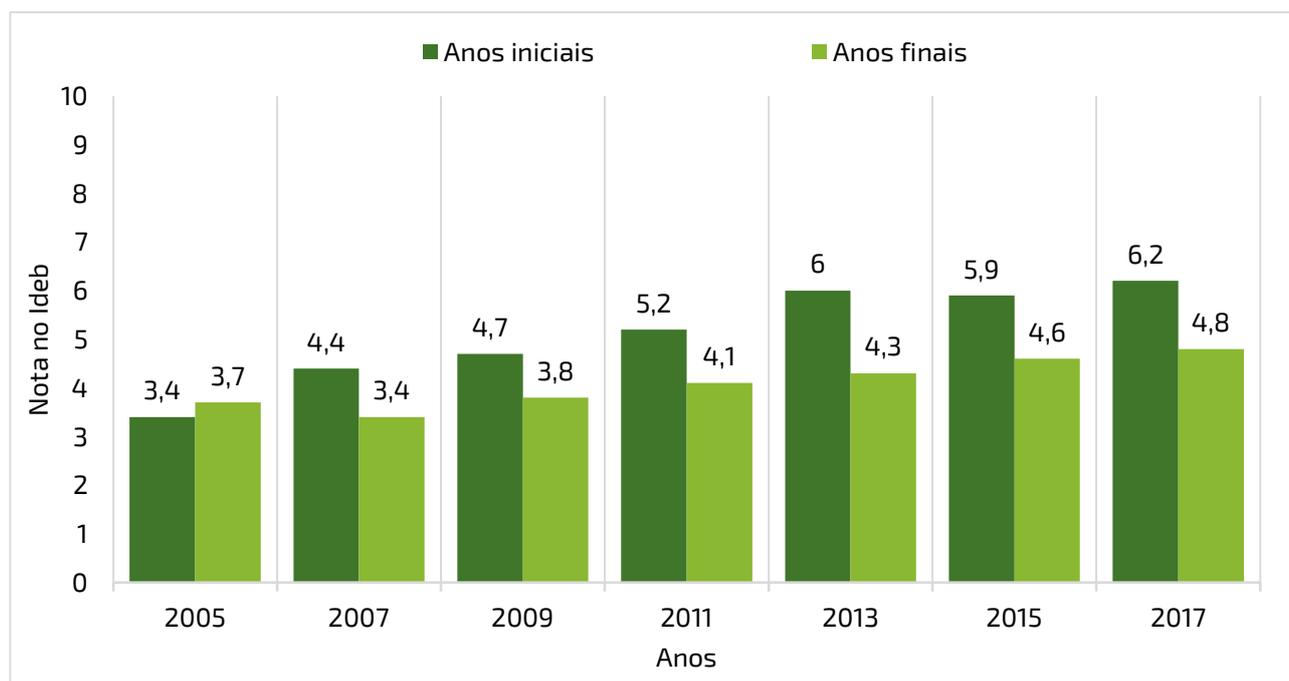
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 97,2 %, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 1115 matrículas no ensino fundamental e 390 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 93 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 40 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 10 escolas no ensino fundamental e 2 escolas no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁶ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19.

⁶ Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é

Figura 19. IDEB das escolas do município de Planalto/RS: 2005 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Neste sentido, pode-se perceber a educação dos anos iniciais evoluiu até 2013, momento em que atingiu a nota 6. No ano de 2015 houve uma pequena queda na nota para 5,9, contudo atingiu o patamar de 6,2 em 2017.

Em relação aos anos finais da educação, pode-se perceber que o desempenho dos alunos do município durante o período estudado veio crescendo de 2007 a 2017, partindo de um índice de 3,4 em 2007 para 4,8 em 2017.

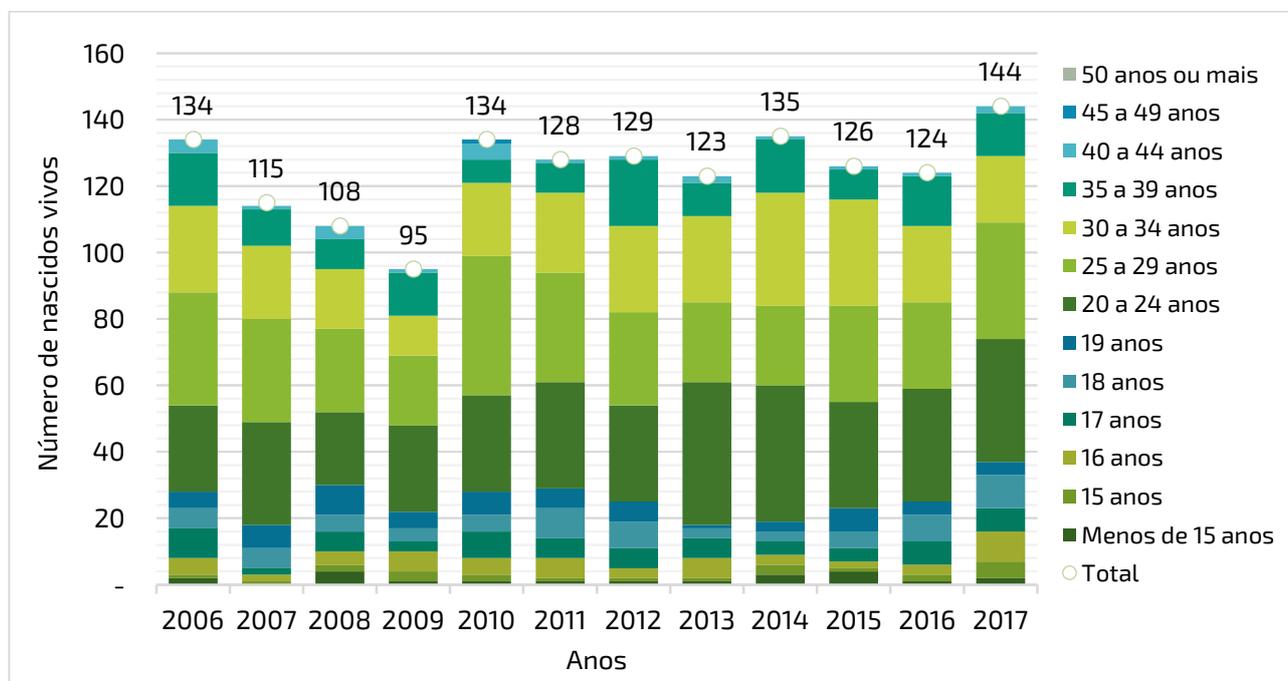
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município partiu de 134 nascidos vivos em 2006 para 144 em 2017, ano em que apresentou o maior número de nascidos vivos do período.

calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.

Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos (Figura 20).

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Planalto/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em 2017 foram registrados vinte e três partos em mães com menos de 18 anos, o que, apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados dois partos de mães com mais de quarenta anos.

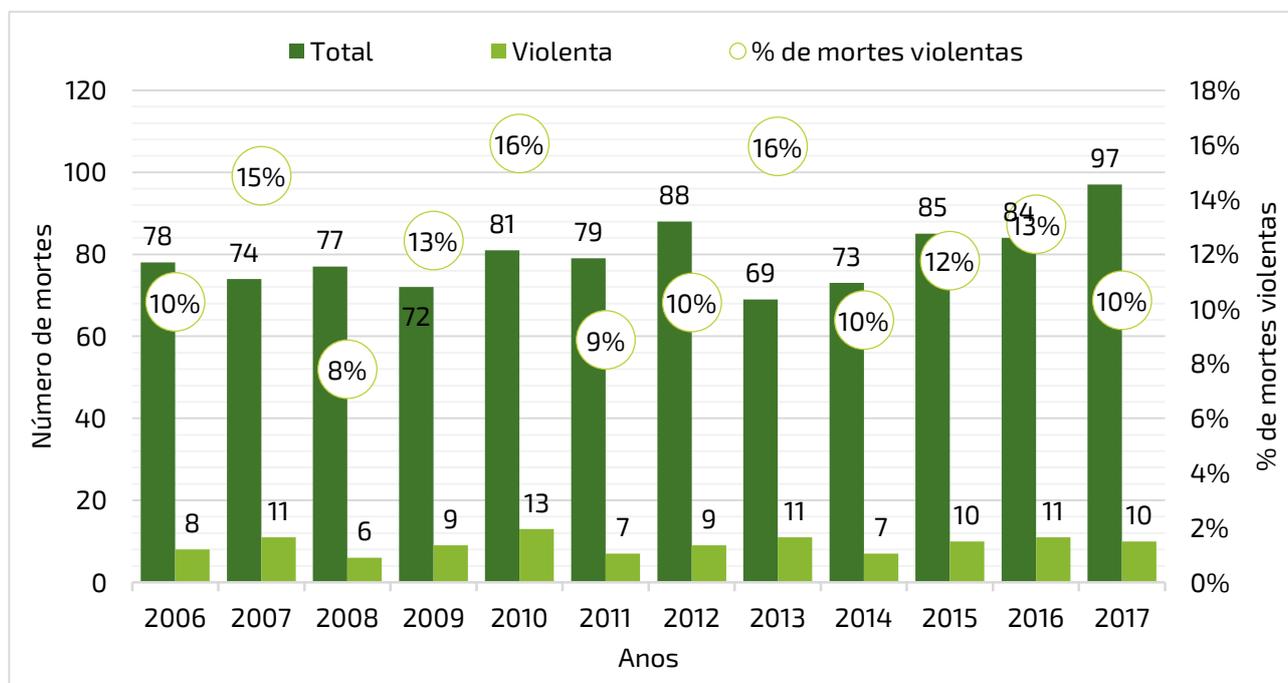
A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 a taxa de mortalidade infantil foi de 13,51 e "A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 13.51 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 128 de 497 e 199 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2242 de 5570 e 2419 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, conforme a Figura 21, o número de mortes violentas nos anos de 2006 e 2017 (pontos extremos) foi de 10%. Em 2008 chegou a alcançar o patamar mais baixo (8%), em contrapartida, em 2013 elevou-se e atingiu o patamar mais elevado (16%).

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2009 com 72 mortes, porém 13% destas foram de forma violenta. Já o maior número de mortes ocorreu no ano de 2017 em um total de 97 mortes, sendo que 10% destas foram de forma violenta.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Planalto/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 957 óbitos, dos quais 112 (12%) ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 21.

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 12% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2019).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

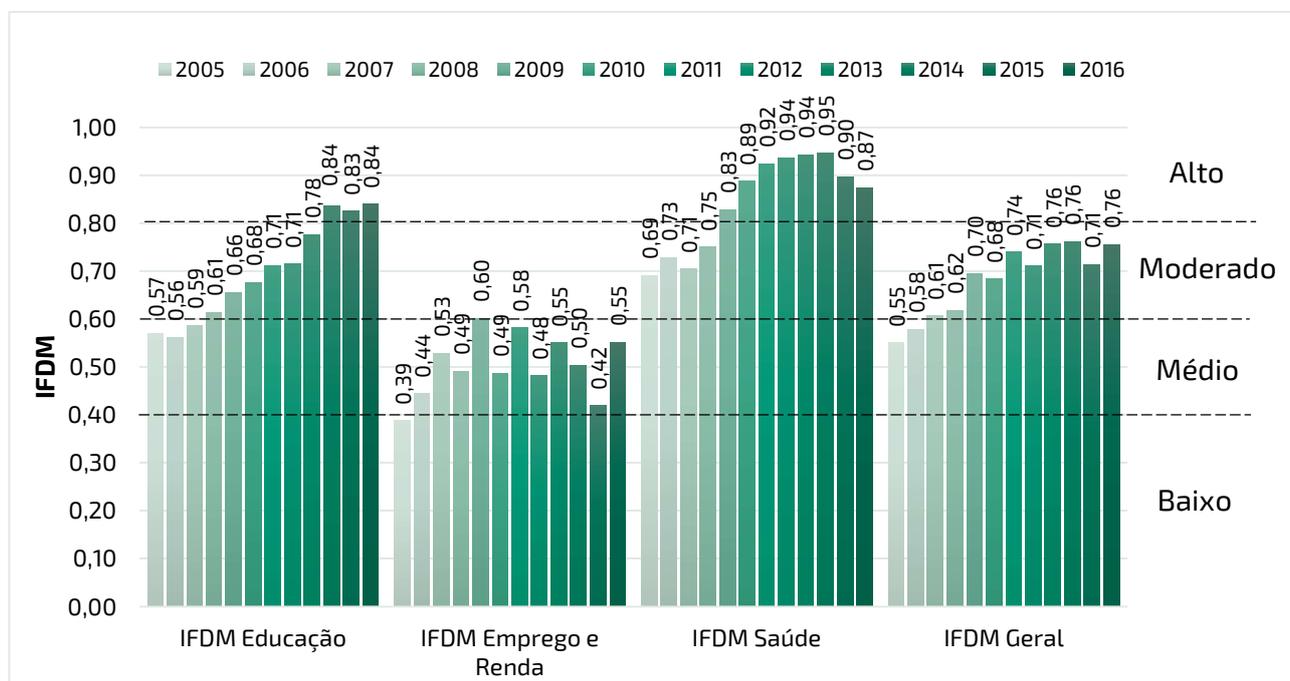
Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Observa-se que o município teve uma queda no emprego e renda de 2013 a 2015, retomando o crescimento no ano de 2016. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Figura 22. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Planalto possui "30.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 84.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 36.5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 330 de 497, 241 de 497 e 104 de 497, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3073 de 5570, 2007 de 5570 e 900 de 5570, respectivamente." (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 23.041,70 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 13.568,21 mil hectares. Destes, 5,65% foi declarado como Área de Proteção Permanente (APP), 7,27% como Reserva Legal e 76,5% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil Ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	23.041,70	
Número de imóveis rurais	1.228	
Área total dos imóveis rurais	13.568,21	58,89
Área média:	11,05	
Área mínima/máxima:	0,30 / 85,05	
APP	767,06	5,65
APP - Recomposição	11,40	0,08
Reserva Legal	985,74	7,27
Vegetação Nativa	2.387,00	17,59
Servidão Administrativa	156,78	1,16
Área Consolidada	10.379,24	76,5
Banhados	0,44	0
Número de Nascentes	7,00	0
Uso Restrito	5,37	0,04
Hidrografia	135,10	1
Topo de Morro	1	0
Áreas: Não Declarada - Outras	9.473,48	41,11

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Conforme se observa na Tabela 5, os dados permitem observar que dos 1.228 mil imóveis rurais, cerca de 38% mantém APP, 1% declarou ter olha d'água, 37% tem reserva legal e 82% conta com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA²	% IR com EA³	% IR sem EA⁴
APP	464	778	764	38	62
Área Consolidada	1.172	10.379	56	95	5
Banhado	2	0	1.226	0	100
Hidrografia	465	76	763	38	62
Nascente olho d'água	7	0	1.221	1	99
Reserva Legal	453	986	775	37	63
Servidão Administrativa	705	157	523	57	43
Uso Restrito	2	5	1.226	0	100
Vegetação Nativa	1.001	2.387	227	82	18
Área topo de morro	1	1			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR - PLANALTO					
Número Total de I.R.:	1.228	13.568,22			
Área Total do Município:		23.041,70			
% Área declarada/Área Município:		58,89			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental; ² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental; ⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como subsídio para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado** regional, **nacional** e **global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização** e **valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d)

empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, ressalta-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades, Histórico e dados do município de Planalto (RS). 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho.

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO (RS). Dados Geográficos e História. 2019. Disponível em: <https://www.planalto.rs.gov.br/> Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.